

**USINA CRUZEIRO DO SUL SPE LTDA**

CNPJ/MF 40.062.073/0001-22

JUCESP NIRE 3523665065-2

**3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO DE TIPO SOCIETÁRIO
DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **RZK ENERGIA S.A.**, sociedade empresária com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 1º andar, conjunto 12, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.133.664/0001-48, com seu estatuto social devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.528.646, em sessão de 30/11/2020, neste ato representada pelos Srs. Luiz Fernando Marchesi Serrano, brasileiro, divorciado, gestor ambiental, portador do RG nº 32.909.304-6 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 325.370.588-95 e Ricardo Maziero de Oliveira, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.937.161 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 052.947.348-85, ambos com domicílio comercial no endereço da sede da sociedade supramencionada, doravante denominada "**RZK ENERGIA**", única sócia da sociedade empresária limitada unipessoal denominada **USINA CRUZEIRO DO SUL SPE LTDA**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, Avenida Faria Lima, nº 3311, 1º andar, sala 17, Icon Faria Lima, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 40.062.073/0001-22, devidamente registrada perante a JUCESP sob o NIRE 3523665065-2 em sessão de 09/12/2020 ("Sociedade"), resolve alterar o contrato social da Sociedade e transformá-la em sociedade anônima, o que fazem à unanimidade, dispensando-se a realização da reunião de sócios, nos termos do artigo 1.072, § 3º da Lei nº 10.406/2002, conforme os seguintes termos e condições:

1. TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO

1.1 A sócia, por unanimidade, decide aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade, na forma dos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil, de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado, para melhor atender aos propósitos e necessidades da Sociedade. A transformação da Sociedade em sociedade por ações é feita sem solução de continuidade, dissolução ou liquidação, de forma que a Sociedade permanecerá titular de todos os seus direitos e obrigações anteriores ao presente ato e passará a ser regida pelas disposições legais da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores.

2. ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE

2.1 À vista da transformação do tipo jurídico, a Sociedade passará a operar sob a denominação de "**RZK SOLAR 07 S.A.**", sendo que neste ato a sócia decide retificar o endereço da sede da Sociedade que constou da 2ª alteração do contrato social da Sociedade para mencionar termo "Brigadeiro" na descrição do logradouro da sede, bem como incluir o complemento "conjunto 12" que não constaram da 2ª alteração do contrato social da Sociedade, de modo que a sede da Sociedade passa a corresponder à Cidade de São Paulo/SP, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, 1º andar, conjunto 12, sala 17, Icon Faria Lima, Itaim Bibi, CEP 04538-133, conforme o previsto pelos Artigos 1º e 2º do Estatuto Social aprovado no item 6.1 abaixo.

3. CONVERSÃO DAS COTAS EM AÇÕES

3.1 Em virtude da transformação aprovada, as 1.000 (mil) quotas representativas do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, são convertidas em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mantendo-se a atual participação societária detida por cada uma das sócias, conforme descrito no Anexo I a presente alteração de Contrato Social. Não se faz necessária qualquer avaliação do acervo da sociedade transformada ou o depósito de qualquer percentual do capital social, uma vez que o mesmo continua inalterado e a transformação independe de dissolução ou liquidação.

4. CRIAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4.1 Fica criado e constituído o Conselho de Administração da companhia, que deverá ser composto por 3 (três) membros titulares, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, admitidas sucessivas reeleições, observadas ainda, na composição e no funcionamento do órgão, as disposições constantes de acordo de acionistas arquivado na sede social. O Conselho de Administração da companhia terá as competências que lhe são atribuídas no Estatuto Social aprovado no item 6.1 abaixo.

5. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

5.1 Em decorrência da aprovação do Estatuto Social, as sócias deliberaram, por unanimidade, aprovar a eleição dos membros titulares do Conselho de Administração, a seguir qualificados: *(i.)* José Ricardo Lemos Rezek, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.153.577-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 315.386.408-05; *(ii.)* José Ricardo Rezek, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.972.145 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 410.061.518-34; e *(iii.)* Ricardo Maziero de Oliveira, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.937.161 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 052.947.348-85, todos domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre II, 2º andar, Cidade Jardim, CEP 05676-120, sendo o Sr. José Ricardo Lemos Rezek nomeado Presidente do Conselho de Administração.

5.2 Os Membros do Conselho de Administração tomam posse nesta data, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse registrados em livro próprio, renunciam a qualquer remuneração pelo exercício da administração da Sociedade e declaram, sob as penas da lei, que: **(a)** não estão impedidos de exercer a administração de sociedades, por lei especial, nem foram condenados ou estão sob os efeitos de condenação criminal, cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a funções, empregos ou cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do Art. 147, §1º, da Lei 6.404/76, tampouco se acham incurso na proibição de arquivamento prevista pela Lei nº 8.934/94; **(b)** não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários; **(c)** atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo Art. 147, §1º, da Lei 6.404/76; e **(d)** não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Sociedade ou possuem interesse conflitante com o da Sociedade, na forma do Art. 147, §3º, I e II, da Lei 6.404/76.

5.3 As sócias autorizam os administradores acima nomeados a praticarem todo e qualquer ato necessário à implementação das deliberações ora tomadas, incluindo a atualização do registro da Sociedade perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e demais órgãos públicos competentes.

6. APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

6.1 A Sócia, por unanimidade de votos, delibera e aprova o novo Estatuto Social da Sociedade, de forma a refletir todas as alterações acima aprovadas e outras de caráter geral. O Estatuto Social, que, lido, discutido e aprovado pela totalidade dos acionistas da Companhia, passa a integrar a presente Alteração de Contrato Social como Anexo II.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo/SP, 12 de janeiro de 2023.

DocuSigned by:
Luiz Fernando Marchesi Serrano
Assinado por: LUIZ FERNANDO MARCHESI SERRANO:32537058895
CPF: 32537058895
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2023 18:09:49 BRT

DocuSigned by:
José Ricardo de Mello
Assinado por: JOSÉ RICARDO REZEK:41006151834
CPF: 41006151834
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2023 18:26:00 BRT

RZK ENERGIA S.A.

Conselheiros Eleitos:

DocuSigned by:
José Ricardo Lemos Rezek
Assinado por: JOSÉ RICARDO LEMOS REZEK:31538640805
CPF: 31538640805
Data/Hora da Assinatura: 12/01/2023 17:12:45 BRT

JOSÉ RICARDO LEMOS REZEK

DocuSigned by:
José Ricardo Rezek
Assinado por: JOSÉ RICARDO REZEK:41006151834
CPF: 41006151834
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2023 18:24:02 BRT

JOSÉ RICARDO REZEK

DocuSigned by:
José Ricardo de Mello
Assinado por: JOSÉ RICARDO REZEK:41006151834
CPF: 41006151834
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2023 18:25:51 BRT

RICARDO MAZIERO DE OLIVEIRA

Visto do Advogado:

DocuSigned by:
Bruno Ricardo G. M. Santos
Assinado por: BRUNO RICARDO GUILTE DE MELO E SANTOS
CPF: 38563643827
Data/Hora da Assinatura: 23/01/2023 09:32:20 BRT

BRUNO RICARDO GUILTE DE MELO E SANTOS
OAB/SP nº 324.008

Testemunhas:

DocuSigned by:
Felipe Carascosa Ferro
Assinado por: FELIPE CARASCOSA FERRO:EC18D7B9B39040E...
CPF: 418.233.668-21

Nome: Felipe Carascosa Ferro
CPF: 418.233.668-21

DocuSigned by:
Luis Henrique Ramos Cavalleiro
Assinado por: LUIS HENRIQUE RAMOS CAVALLEIRO:873FFC44C57E48F...
CPF: 368.081.948-07

Nome: Luis Henrique Ramos Cavalleiro
CPF: 368.081.948-07



ANEXO I À 3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO DE TIPO SOCIETÁRIO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA

LISTA DE CONVERSÃO DE QUOTAS EM AÇÕES

Em virtude da transformação da “USINA CRUZEIRO DO SUL SPE LTDA” em sociedade anônima, sob a denominação de “RZK SOLAR 07 S.A.”, as 1.000 (mil) quotas representativas do capital social da Sociedade existentes àquela época foram convertidas em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pela sócia **RZK ENERGIA S.A.**

São Paulo/SP, 12 de janeiro de 2023.

DocuSigned by: <i>Luiz Fernando Marchesi Serrano</i> Assinado por: LUIZ FERNANDO MARCHESI SERRANO:32537058895 CPF: 32537058895 Data/Hora de Assinatura: 13/01/2023 18:09:56 BRT Data: 13/01/2023 18:09:56 BRT 76BCB86F318E4F8E9E9E9E9E9E9E9E9E	DocuSigned by: <i>Jose Ricardo Rezek</i> Assinado por: JOSE RICARDO REZEK:41006151834 CPF: 41006151834 Data/Hora de Assinatura: 13/01/2023 18:26:08 BRT Data: 13/01/2023 18:26:08 BRT 76BCB86F318E4F8E9E9E9E9E9E9E9E9E
--	--

RZK ENERGIA S.A.

ANEXO II À 3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO DE TIPO SOCIETÁRIO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA

ESTATUTO SOCIAL DA RZK SOLAR 07 S.A.

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º A RZK SOLAR 07 S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que será regida pelo presente Estatuto Social ("Estatuto"), pela Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo/SP, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, 1º andar, conjunto 12, sala 17, Icon Faria Lima, Itaim Bibi, CEP 04538-133, e poderá abrir e/ou extinguir filiais, escritórios, depósitos e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou exterior.

Artigo 3º A Companhia tem como propósito específico a exploração de empreendimentos voltados à geração de energia a partir de fontes renováveis, mediante a consecução das seguintes atividades, sempre relacionadas ao empreendimento em questão: *(i.)* o aluguel e leasing operacional de longa duração, de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, sem operador; *(ii.)* a administração e locação de bens imóveis próprios ou a sublocação de imóveis de terceiros, para fins não-residenciais; e *(iii.)* a manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado, pelo tempo de duração dos empreendimentos integrante do objeto social.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$1.000,00 (mil reais) e está dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

Parágrafo Único: As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária nominativa confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações de acionistas, as quais serão tomadas na forma deste Estatuto Social, da legislação aplicável e de Acordos de Acionistas que venham a ser arquivados na sede da Companhia.

Artigo 6º A Companhia poderá emitir ações ordinárias e preferenciais, sem guardar proporção com as espécies e/ou classes já existentes, ou que possam vir a existir, observado, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

Artigo 7º A propriedade das ações emitidas pela Companhia será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas.

Artigo 8º É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 9º As transferências de ações da Companhia deverão obedecer às restrições e os direitos estabelecidos em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, de modo que a transferência de ações ou outros títulos conversíveis em participação societária emitidos pela

Companhia em violação a tais regras será considerada ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, consoante o disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/1976.

CAPÍTULO III – ÓRGÃOS DA COMPANHIA E ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social, o Acordo de Acionistas e/ou a lei exigirem.

Parágrafo primeiro: A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por qualquer membro do Conselho de Administração nos casos de vacância do cargo ou omissão por parte do Presidente do Conselho de Administração quanto à convocação, sendo que no caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, competirá à Diretoria convocar a Assembleia Geral. A primeira convocação para uma Assembleia Geral deverá ser realizada com antecedência mínima de 08 (oito) dias da data prevista para a respectiva Assembleia Geral, mediante comunicação escrita enviada a todos os Acionistas informando a data, hora, local e a ordem do dia detalhada da Assembleia Geral, contendo todo o material necessário para que os Acionistas possam analisar as matérias da ordem do dia, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos na Lei das S.A.. Não se realizando a Assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, observado o disposto nesta cláusula. Sob pena de nulidade, nenhuma deliberação deverá ser tomada em relação às matérias que não estejam expressamente incluídas na ordem do dia, conforme indicado no edital de convocação, exceto se forem aprovadas pela unanimidade dos votos de acionistas que representem 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia e dos titulares de direitos de aprovação prévia em relação a tais matérias na forma da legislação vigente.

Parágrafo segundo: Sem prejuízo às formalidades de convocação previstas na Lei das S.A., as convocações de Assembleias Gerais deverão ser feitas por carta e por e-mail (em qualquer caso, com aviso de recebimento), aos endereços de cada acionista constantes do Livro de Registro de Ações e no Acordo de Acionistas, devendo qualquer mudança de endereço ser comunicada imediatamente à Companhia sob pena de se considerar válida a notificação enviada ao endereço constante de tal livro ou do Acordo de Acionistas.

Parágrafo terceiro: Será dispensada a convocação quando a Assembleia Geral contar com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social.

Parágrafo quarto: A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer membro da Diretoria da Companhia a ser escolhido pelos acionistas presentes, servindo de secretária a pessoa que for indicada pelo presidente da Assembleia Geral.

Artigo 11º Ressalvadas as exceções previstas em Lei ou em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, a Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de acionistas que representem ao menos 25% (vinte e cinco por cento) das ações com direito de voto e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. As deliberações serão tomadas pelos acionistas presentes titulares da maioria das ações representativas do capital social, observados sempre e em qualquer hipótese os quóruns qualificados previstos em lei ou as exigências deliberações



de assuntos relevantes e as matérias de quórum qualificado previstas em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Artigo 12º Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador, constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

Parágrafo único: Os representantes dos acionistas deverão apresentar ao secretário da Assembleia Geral o documento de identidade e a respectiva procuração outorgada, em via original, com o reconhecimento de firma do outorgante.

Artigo 13º Sem prejuízo do disposto no Artigo 118, § 9º da Lei das S.A., o presidente da Assembleia Geral deverá abster-se de registrar quaisquer votos proferidos em desacordo com o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Na hipótese de qualquer acionista não exercer seu direito de voto em observância ao Acordo de Acionistas, a deliberação que for assim tomada será considerada nula, sem prejuízo do direito do acionista interessado de promover a execução específica da obrigação descumprida e pleitear perdas e danos, bem como outras consequências previstas no Acordo de Acionistas, na lei aplicável e em outros instrumentos celebrados entre os acionistas.

Artigo 14º Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. A ata pode ser lavrada na forma de sumário dos fatos, incluindo dissidências e protestos.

Artigo 15º Compete privativamente à Assembleia Geral, além das matérias previstas em Lei, deliberar sobre: *(i.)* qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia, incluindo mudanças na estrutura do capital social, incluindo criação de classes ou tipos de ações e modificações nos direitos de tipos (espécies) ou classes existentes na Companhia; *(ii.)* o aumento ou redução do capital social, bem como a emissão, conversão, resgate ou amortização de quaisquer títulos, valores mobiliários ou outros instrumentos conversíveis em ações na Companhia ou de outras pessoas jurídicas em que a Companhia detenha participação direta ou indireta; *(iii.)* qualquer operação de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão (total ou parcial), transformação, contribuição de ativos ou passivos (*drop down*) ou qualquer outra operação de reorganização societária da Companhia, ou ainda, deliberar sobre a dissolução e/ou liquidação da Companhia ou de qualquer sociedade em que a Companhia detenha participação direta ou indireta, incluindo a eleição e destituição de liquidantes e a apreciação e julgamento das contas apresentadas por estes; *(iv.)* o requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, ou ainda de falência da Companhia; *(v.)* a eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, se e quando este for instalado, e a determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia; *(vi.)* a definição da remuneração global e anual dos Diretores da Companhia; *(vii.)* a aprovação das contas apresentadas pelos administradores da Companhia e a deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; e *(viii.)* estabelecimento ou modificação da política de distribuição ou retenção de lucros ou dividendos ou de pagamento de juros sobre capital próprio, inclusive o pagamento de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários na Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 16º O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a

qualquer tempo, com mandato de 02 (dois) anos, admitidas sucessivas reeleições. O presidente do Conselho de Administração será nomeado pela Assembleia Geral dentre os conselheiros eleitos, sendo que nos casos de omissão por parte dos acionistas por ocasião da nomeação dos conselheiros ou vacância do cargo, os membros eleitos para o Conselho de Administração escolherão dentre eles um conselheiro para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo primeiro: O Conselho de Administração deverá se reunir sempre que convocado por um de seus membros, observados os interesses da Companhia.

Parágrafo segundo: As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência. A convocação da reunião será enviada por e-mail com confirmação de recebimento a todos os membros do Conselho de Administração e deverá conter a ordem do dia a ser tratada e decidida. Reuniões extraordinária e urgentes poderão ser convocadas com 2 (dois) dias de antecedência. A documentação pertinente para que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas deverá ser entregue juntamente com a convocação para a reunião. Ficam dispensadas as formalidades de convocação caso compareçam à reunião todos os membros do Conselho de Administração. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar ao Presidente que convoque reunião ordinária ou extraordinária para deliberar sobre tema de competência do órgão.

Parágrafo terceiro: Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões por teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a comunicação, e referida participação à distância será considerada como válida para fins deste Estatuto Social. Os membros do Conselho de Administração que participarem das reuniões do Conselho de Administração por via remota deverão, na mesma data da reunião, confirmar seus votos por escrito, seja por e-mail endereçado ao Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo quarto: Exceto pelas matérias em que quórum superior seja necessária, as reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da integralidade de seus membros e, em segunda convocação, mediante a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo quinto: As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração escolhido *(i.)* previamente, por escrito, pelo Presidente ou *(ii.)* pela maioria dos membros presentes à reunião, caso o Presidente não tenha enviado tal indicação prévia.

Parágrafo sexto: Todas as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião para que sejam consideradas aprovadas, observados sempre e em qualquer hipótese os quóruns qualificados previstos em lei ou as exigências deliberações de assuntos relevantes e as matérias de quórum qualificado previstas em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio.

Artigo 17º Compete ao Conselho de Administração, além das matérias previstas em Lei: *(i.)* eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria, definindo suas funções e atribuições, bem como a remuneração individual e mensal de cada Diretor, observado o disposto neste Estatuto Social e a definição da remuneração global e anual dos Diretores da Companhia pela Assembleia Geral; *(ii.)* convocar as Assembleias Gerais da Companhia; *(iii.)* manifestar-se sobre o relatório da administração



e as demonstrações financeiras a serem apresentadas à Assembleia Geral; **(iv.)** escolher e destituir contadores e/ou auditores independentes, se houver; **(v.)** deliberar sobre a dispensa de requisitos para ocupar cargos de administração na Sociedade, conforme dispõe o art. 147, § 3º., da Lei nº 6.404/76, ou ainda, quanto à exigibilidade ou não de garantia de gestão a ser apresentada pelos Diretores da Companhia.

DIRETORIA

Artigo 18º A Diretoria da Companhia será formada por 02 (dois) ou mais membros, acionistas ou não, todos pessoas naturais residentes no País e com experiência comprovada em suas respectivas áreas de responsabilidade, sendo um “Diretor Presidente”, um “Diretor Financeiro” e os demais diretores sem designação específica, se houver, os quais serão eleitos e destituíveis em reunião do Conselho de Administração.

Artigo 19º Os Diretores terão mandato de 2 (dois) anos, poderão ser substituídos ou destituídos do cargo de Diretor a qualquer tempo.

Parágrafo único: Em caso de vacância do cargo de qualquer dos Diretores, será convocada uma reunião do Conselho de Administração para eleição de substituto, que também deverá completar o restante do mandato, observados os termos previstos do Acordo de Acionistas.

Artigo 20º Competirá aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto Social, a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incluindo poderes para a constituição e subscrição de capital social de novas sociedades controladas que sejam subsidiárias integrais ou tenham seu capital social detida apenas por empresas do mesmo grupo econômico, sejam coligadas, controladas, controladoras ou sob controle comum em relação à Companhia, observadas as atribuições definidas por este Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

Artigo 21º A Companhia será representada e considerada obrigada pela assinatura: **(a)** conjunta de 2 (dois) Diretores; **(b)** pela assinatura isolada do Diretor Presidente para contratos ou termos de confidencialidade em nome da companhia ou para contratos que tenham valor global de até R\$ 100.000,00; ou **(c)** pela assinatura isolada de um procurador, conforme os limites dos poderes da procuração outorgada ao referido procurador e as restrições previstas neste estatuto social.

Artigo 22º Para a outorga de procurações, a Companhia deverá ser representada sempre pela assinatura conjunta dos Diretores, sendo que estes Diretores poderão constituir procuradores com poderes específicos para representação da Companhia, desde que: **(i.)** as procurações sejam outorgadas por períodos iguais ou inferiores a 01 (um) ano; **(ii.)** indiquem expressamente quais os poderes outorgados e não permitam o substabelecimento de poderes; e **(iii.)** contenham cláusula específica obrigando os procuradores a apresentar o respectivo instrumento de mandato aos terceiros com quem tratarem, sob pena de invalidade da procuração. Na falta de determinação de prazo de validade nas procurações, presumir-se-á o prazo de validade de 01 (um) ano.

Parágrafo primeiro: As procurações destinadas a fins judiciais serão outorgadas por prazo indeterminado, poderão permitir o substabelecimento de poderes e representação da Companhia por um procurador isoladamente e não outorgarão poderes para receber citação em nome da Companhia, salvo se previsão expressa em sentido contrário a constar da procuração.



Parágrafo segundo: Todas as procurações outorgadas na forma desta cláusula poderão ser revogadas a qualquer tempo por qualquer dos Diretores, sendo que a revogação de procurações realizada desta forma deverá ser comunicada pelo Diretor responsável pela prática do ato aos demais Diretores da Companhia.

Artigo 23º É vedado aos Diretores: **(a)** Obrigar a Companhia em negócios estranhos ao objeto social e ao interesse da Companhia, os quais serão considerados ineficazes e inoperantes com relação à Companhia; **(b)** Obrigar a Companhia em financiamento, fianças, avais ou garantias de favor ou não relacionadas com os negócios da Companhia; ou **(c)** Receber de terceiros qualquer vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo.

CONSELHO FISCAL

Artigo 24º A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente composto por 3 (três) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração, nos exercícios em que o órgão for instalado a pedido de acionistas.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, conforme os casos previstos em Lei.

Parágrafo Segundo: O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Artigo 25º Compete ao Conselho Fiscal exercer as funções previstas no Artigo 163 da Lei das S.A.

CAPÍTULO IV – EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Artigo 26º O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro, ocasião em que a Diretoria fará proceder ao levantamento das demonstrações financeiras previstas em lei.

Artigo 27º O lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., terá a seguinte destinação: **(a)** 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, provisão que deixará de ser obrigatória quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei das S.A., exceder de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; **(b)** 25% (vinte e cinco por cento) a ser rateado entre os acionistas, a título de dividendos mínimos; **(c)** o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração.

Artigo 28º A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, a autorizar a distribuição de dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços. A Assembleia Geral poderá, igualmente, autorizar o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

CAPÍTULO V – ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 29º A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, cabendo **(i.)** à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e **(ii.)** ao presidente das Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos.



Parágrafo Único: Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros tão logo tenham sido averbados nos livros de registro, conforme estabelece o art. 118, §1º, da Lei 6.404/1976.

CAPÍTULO VI – LIQUIDAÇÃO

Artigo 30º A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei, ou por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral, cabendo à Assembleia Geral que aprovar a dissolução determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, observando a legislação aplicável.

CAPÍTULO VII – ARBITRAGEM

Artigo 31º Toda e qualquer controvérsia, demanda ou disputa relacionada ao presente Estatuto Social e que não for solucionada amigavelmente, será resolvida por meio de arbitragem a ser conduzida em Português e em São Paulo/SP, de acordo com as regras de arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá vigente na data em que o pedido de arbitragem for apresentado, conforme previsto pela Lei nº 9.307/96 e com aplicação da legislação brasileira para solução da controvérsia. Parágrafo único: A presente cláusula arbitral vincula não apenas a Companhia e seus atuais acionistas e seus administradores, mas também quaisquer acionistas e administradores futuros que, por qualquer título, venham a integrar o quadro acionário ou a composição de qualquer órgão da Companhia.

Artigo 32º É assegurado às Partes o direito de buscar assistência judicial: *(i.)* para compelir a arbitragem; *(ii.)* para obter medidas incidentais protetivas de direitos, anteriormente à instituição da arbitragem, e qualquer ação nesse sentido não poderá ser interpretada como renúncia ao procedimento arbitral pelas Partes; e *(iii.)* para executar a decisão dos árbitros, incluindo a sentença arbitral.

Artigo 33º Para todas as hipóteses em que a prestação jurisdicional se faça necessária e seja admissível na forma deste Contrato, as Partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como o foro competente para a apreciação de tais demanda ou pedidos, com expressa renúncia a qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

Artigo 34º A arbitragem deverá ser mantida em sigilo, sendo que as partes do procedimento arbitral comprometem-se a não divulgar (e não permitir a divulgação de) quaisquer informações de que tomem conhecimento e quaisquer documentos apresentados na arbitragem, que não sejam, de outra forma, de domínio público, quaisquer provas e materiais produzidos na arbitragem e quaisquer decisões proferidas na arbitragem, salvo se e na medida em que *(i.)* o dever de divulgar essas informações decorra de lei; *(ii.)* a revelação dessas informações for requerida por uma autoridade governamental ou determinada pelo Poder Judiciário; *(iii.)* essas informações tornarem-se públicas por qualquer outro meio não relacionado à revelação pelas partes; ou *(iv.)* a divulgação dessas informações for necessária para que uma das partes recorra ao Poder Judiciário nas hipóteses previstas na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada.

Artigo 35º A sentença arbitral será final, irrecorrível e vinculante e atribuirá à parte vencida, ou a ambas as partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade final pelo custo do processo.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS



TERMO DE POSSE

Nesta data e nos termos do ato de 3ª Alteração do Contrato Social e Transformação de Tipo Societário de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima da USINA CRUZEIRO DO SUL SPE LTDA, o Sr. **JOSÉ RICARDO LEMOS REZEK**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 32.153.577-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 315.386.408-05, com escritório na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, Torre II, 2º andar, Cidade Jardim, CEP 05676-120, nomeado para o exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia **RZK SOLAR 07 S.A.**, sociedade anônima em constituição por transformação, com sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, 1º andar, conjunto 12, sala 17, Icon Faria Lima, Itaim Bibi, CEP 04538-133 ("Companhia"), compareceu à sede da Companhia para tomar posse de seu cargo, sendo empossado e formalmente investido em seu cargo mediante a assinatura do presente termo. Fica indicado o endereço supramencionado, para os fins do § 2º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76.

O membro do Conselho de Administração ora eleito renuncia, neste ato, a qualquer remuneração e declara, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e que atende os requisitos de reputação ilibada, bem como não ocupa nenhum cargo em outra sociedade que possa ser considerada concorrente ou tenha interesse conflitante com o da Companhia, na forma do artigo 147, § 3º e incisos, da Lei nº 6.404/76.

O presente Termo de Posse é cópia fiel do constante no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia.

São Paulo, 12 de janeiro de 2023.

DocuSigned by:
José Ricardo Lemos Rezek
Assinado por: JOSÉ RICARDO LEMOS REZEK:31538640805
CPF: 31538640805
Data/Hora da Assinatura: 12/01/2023 17:12:50 BRT

JOSÉ RICARDO LEMOS REZEK



TERMO DE POSSE

Nesta data e nos termos do ato de 1ª Alteração do Contrato Social e Transformação de Tipo Societário de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima da USINA CRUZEIRO DO SUL SPE LTDA, o Sr. **JOSÉ RICARDO REZEK**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº 4.972.145 SSP/SP, inscrito de CPF/MF sob o nº 410.061.518-34, com escritório na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, Torre II, 2º andar, Cidade Jardim, CEP 05676-120, nomeado para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia **RZK SOLAR 07 S.A.**, sociedade anônima em constituição por transformação, com sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, 1º andar, conjunto 12, sala 17, Icon Faria Lima, Itaim Bibi, CEP 04538-133 ("Companhia"), compareceu à sede da Companhia para tomar posse de seu cargo, sendo empossado e formalmente investido em seu cargo mediante a assinatura do presente termo. Fica indicado o endereço supramencionado, para os fins do § 2º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76.

O membro do Conselho de Administração ora eleito renuncia, neste ato, a qualquer remuneração e declara, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e que atende os requisitos de reputação ilibada, bem como não ocupa nenhum cargo em outra sociedade que possa ser considerada concorrente ou tenha interesse conflitante com o da Companhia, na forma do artigo 147, § 3º e incisos, da Lei nº 6.404/76.

O presente Termo de Posse é cópia fiel do constante no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia.

São Paulo, 12 de janeiro de 2023.

DocuSigned by:
José Ricardo Rezek
Assinado por: JOSÉ RICARDO REZEK:41006151834
CPF: 41006151834
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2023 18:24:11 BRT

JOSÉ RICARDO REZEK



TERMO DE POSSE

Nesta data e nos termos do ato de 1ª Alteração do Contrato Social e Transformação de Tipo Societário de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima da USINA CRUZEIRO DO SUL SPE LTDA, o Sr. **RICARDO MAZIERO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 14.937.161 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 052.947.348-85, com escritório na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, Torre II, 2º andar, Cidade Jardim, CEP 05676-120, nomeado para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia **RZK SOLAR 07 S.A.**, sociedade anônima em constituição por transformação, com sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, 1º andar, conjunto 12, sala 17, Icon Faria Lima, Itaim Bibi, CEP 04538-133 ("Companhia"), compareceu à sede da Companhia para tomar posse de seu cargo, sendo empossado e formalmente investido em seu cargo mediante a assinatura do presente termo. Fica indicado o endereço supramencionado, para os fins do § 2º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76.

O membro do Conselho de Administração ora eleito renuncia, neste ato, a qualquer remuneração e declara, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e que atende os requisitos de reputação ilibada, bem como não ocupa nenhum cargo em outra sociedade que possa ser considerada concorrente ou tenha interesse conflitante com o da Companhia, na forma do artigo 147, § 3º e incisos, da Lei nº 6.404/76.

O presente Termo de Posse é cópia fiel do constante no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia.

São Paulo, 12 de janeiro de 2023.

DocuSigned by:
Ricardo Maziero de Oliveira
Assinado por: JOSE RICARDO REZEK 41000161834
CPF: 41000161834
Data/Hora de Assinatura: 13/01/2023 18:28:16 BRT

RICARDO MAZIERO DE OLIVEIRA